



RELATÓRIO CONTAS CONSOLIDADAS 2018



GRÂNDOLA
MUNICÍPIO

- 1** Relatório de Gestão Consolidado
- 2** Balanço Consolidado
- 3** Demonstração de Resultados Consolidados
- 4** Fluxos de Caixa Consolidado
- 5** Anexo Demonstrações financeiras Consolidadas
- 6** Certificação Legal de Contas

[Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.]



1 Relatório de Gestão Consolidado



INTRODUÇÃO

A consolidação de contas surge como instrumento que permite melhorar a informação contabilística prestada pela administração local, constituindo uma base mais sólida para a tomada de decisões por parte dos órgãos autárquicos, quer a nível da avaliação do risco financeiro, quer no âmbito do controlo e coordenação das atividades das entidades que compõem o grupo municipal, bem como a avaliação das políticas locais. A consolidação de contas, traduz-se na elaboração de demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si, como se de uma única entidade se tratasse, com o objetivo de fazer transparecer uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira do grupo municipal.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. Neste seguimento, o n.º 1 do artigo 75.º estabelece que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No que diz respeito ao Perímetro de Consolidação, e analisando todas entidades conjugadas como disposto no artº 75º do RFALEI, foi considerada como entidade a incluir a empresa Municipal Infratroia E.M, cuja percentagem de capital detida pela Câmara Municipal de Grândola corresponde a 74,10 % pelo que foi integrado a 100% na consolidação, de acordo com o definido nas instruções do SATAPOCAL para a Consolidação de Contas.

A análise do quadro 1 e quadro 2 permite verificar quais as entidades incluídas e excluídas no perímetro de consolidação.

Quadro 1

Entidades incluídas no perímetro de consolidação – Artº 75º RFALEI			
Denominação	Sede	Percentagem capital detido	Nº médio de funcionários
Município de Grândola	Rua José Pereira Barradas, 11, 7570-281 Grândola		461
INFRATRÓIA - Infraestruturas de Tróia, E.M.	Rua da Aroeira - Tróia 7570-789 Carvalhal GDL	74,1%	28

Quadro 2

Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação - Artº 75º RFALEI		
Denominação	Sede	Percentagem capital detido
Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL)	Largo Manuel Sobral, Edifício do GAT 7570-132 Grândola	20%
AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente	Largo Manuel Sobral, Edifício do GAT 7570-132 Grândola	14,29%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Manorco e Sousa, 52 3044-511 Coimbra	0,32%
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	Rua do Castelinho, N.º 17 5100-127 Lamego	0,58%
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Torreão do mercado municipal - rua 16 de Novembro 2070-909 Cartaxo	1,10%
AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo	Praça da República 7800-427 Beja	5,28%

Para uma análise mais circunstanciada das demonstrações financeiras incluídas na consolidação, tecem-se algumas considerações à entidade incluída na consolidação.



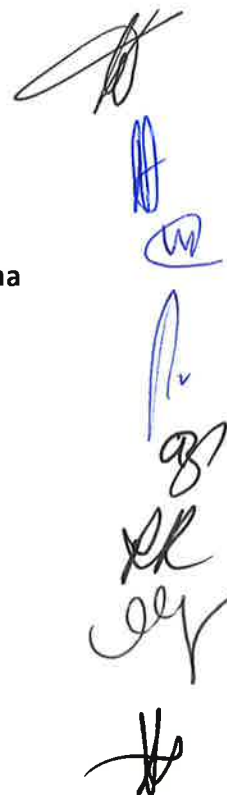
1. ENTIDADE PARTICIPADA - INFRATROIA

A 12 de Abril de 2001, foi constituída a Infratróia, Infraestruturas de Tróia, E.M., mantendo até hoje a mesma estrutura acionista, com o Município de Grândola a deter 74,1% e a Imoarea, SA, 25,9% do capital social.

A Empresa (Infratróia, Infraestruturas de Tróia, E.M.) tem por objeto social a exploração de atividades de interesse geral e de promoção do desenvolvimento da Área de Desenvolvimento Turístico de Tróia (ADTT), incluindo as seguintes atividades:

- a) Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e a gestão urbana na ADTT, incluindo a gestão, manutenção e conservação da iluminação pública, da rede viária, dos espaços verdes e do mobiliário urbano;
- b) Gestão urbana na ADTT, incluindo emissão de permissões, fiscalização e aplicação de sanções em matéria de publicidade, de ocupação do espaço público e da via pública, por motivo de obras ou outros, e de ruído, bem como a gestão das áreas de recreio e lazer;
- c) Promoção e gestão de equipamentos coletivos na ADTT, designadamente equipamentos desportivos;
- d) Gestão e manutenção dos sistemas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, bem assim como a prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, na ADTT;
- e) Limpeza pública na ADTT, incluindo a limpeza de praias;
- f) Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano na ADTT.

A delimitação da ADTT está definida no Plano de Urbanização de Tróia, ratificado pela Resolução de Concelho de Ministros 23/2000 e alterado pela Deliberação 1240/2011.



A estrutura hierárquica e funcional da Infratróia está esquematizada no organograma que se apresenta a seguir:



O Conselho de Administração é o órgão máximo responsável, pelo que assume a responsabilidade e dispõe da autoridade necessária para assegurar:

- que os processos são estabelecidos, implementados e mantidos
- que é realizado o reporte do desempenho do sistema e sua implementação às melhorias necessárias
- a promoção da consciencialização dos colaboradores para com os requisitos dos clientes
- a comunicação para com outras entidades nos assuntos relacionados com a empresa

2.2 MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

Não se pretende que as contas consolidadas venham substituir as contas individuais, mas que sejam um complemento por forma a permitir uma melhor gestão das

entidades consolidadas. Neste sentido, avaliando os métodos de consolidação existentes:

- Método da simples agregação - aplica-se quando, na ausência de qualquer participação no capital das entidades consolidadas, se verifica um efectivo controlo administrativo por parte da entidade consolidante. Este método traduz-se na soma algébrica dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades pertencentes ao grupo público, sendo obrigatória a eliminação, designadamente, dos saldos, das transacções, das transferências e subsídios e dos resultados incorporados em activos relativos a operações efectuadas entre essas entidades.

- Método de consolidação integral - aplica-se quando a entidade consolidante detém uma participação superior a 50 % dos direitos de voto dos titulares do capital da entidade controlada e consiste na integração no balanço, na demonstração dos resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante dos elementos respectivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas, evidenciando os direitos de terceiros, designados para este efeito como interesses minoritários. Para efeitos de aplicação do método de consolidação integral, adoptar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 15, «Investimentos em subsidiárias e consolidação», publicada no aviso nº 15 655/2009, de 7 de Setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsector.

- Método de Equivalência Patrimonial - aplica-se quando uma entidade pertencente ao grupo público exerça influência significativa sobre a gestão operacional e financeira de uma entidade não incluída no grupo público ou quando não seja aplicável qualquer dos métodos referidos nas alíneas anteriores. Este método consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos

capitais próprios da entidade participada. Para efeitos de aplicação do método de equivalência patrimonial, adoptar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 13, publicada no Aviso n.º 15 655/2009, de 7 de Setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsector.

Tendo em consideração o perímetro de consolidação definido e o grupo de entidades a consolidar pelo Município Grândola – Câmara Municipal, o método a utilizar é o método de consolidação integral.

3. Demonstrações Financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas apresentam os ativos, os passivos, os fundos próprios/capital próprio, os resultados e, as receitas e despesa de natureza orçamental das entidades incluídas na consolidação, como se se tratasse de uma única entidade, contudo, não existiram operações internas susceptíveis de serem enquadradas na demonstração financeira.

Relativamente ao processo prévio à consolidação, a entidade integrante do perímetro de consolidação que aplica o Sistema de Normalização Contabilística, SNC (INFRATRÓIA - Infraestruturas de Tróia, E.M.) disponibilizou as suas contas, tendo sido efectuada a conversão para o POCAL, de acordo com os critérios estabelecidos no Manual de Consolidação. Em seguida procedeu-se à homogeneização e à eliminação das operações internas das entidades que integram o grupo municipal. Depois desse processo, procedeu-se à agregação dos dados, o que permitiu obter uma imagem verdadeira, fiel e apropriada da posição financeira, dos resultados e da execução orçamental do grupo.

Nas páginas seguintes é levada a cabo uma análise onde são apresentados valores comparativos e a respectiva evolução face ao exercício anterior.



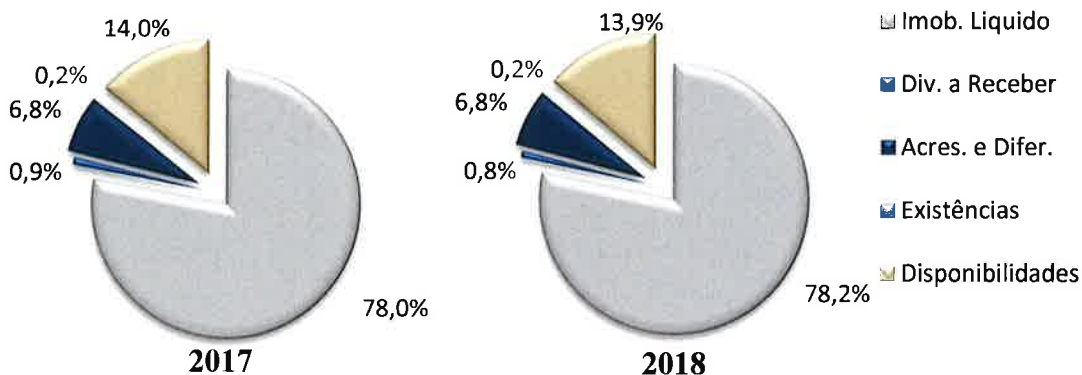
3.1 Análise ao Balanço Consolidado

No final de 2018, o Grupo Municipal registava no lado do Activo um montante de 100.342.632,87 €, um valor de Capital Próprio de 80.570.129,98 € e um passivo de 19.772.502,89 €.

Quadro IV

Activo	2017	2018	Var %
Imobilizado liquido	70.219.512,00	78.475.727,08	11,8%
Existências	210.091,18	245.560,42	16,9%
Dividas a receber	816.625,93	801.887,84	-1,8%
Disponibilidades	12.609.014,83	13.991.179,11	11,0%
Acréscimos e diferimentos	6.166.450,22	6.828.278,42	10,7%
Total Activo	90.021.694,16	100.342.632,87	11,5%

ACTIVO CONSOLIDADO

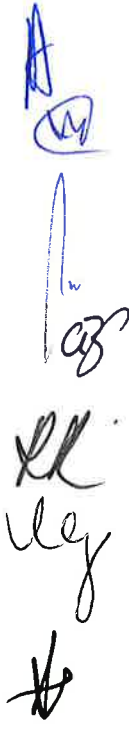


O Balanço Consolidado do Grupo Municipal regista um Activo Líquido total de cerca de 100 milhões de euros, constituído maioritariamente pelo activo imobilizado que ascende a 78.475.727,08 € (78,2 % do total do balanço).

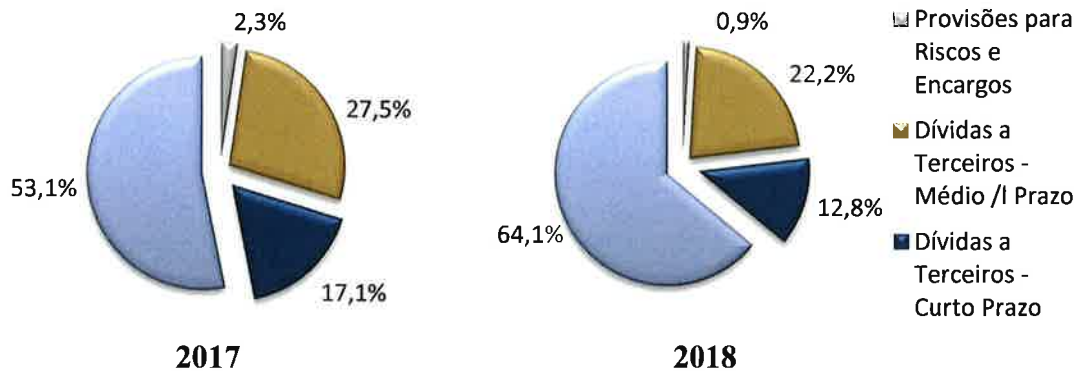
As restantes rubricas representam cerca de 21,8 % do activo Líquido, o que se traduz no montante de cerca de 21,8 Milhões de euros.



Passivo e Capital Próprio	2017	2018	Var %
Património	34.378.530,11	36.791.730,11	7,0%
Reservas Subsídios e doações	24.637.736,24	27.253.800,95	10,6%
Resultados Transitados	1.235.759,26	11.294.498,07	814,0%
Resultado Líquido do Exercício	8.811.739,13	5.052.725,95	-42,7%
Interesses Minoritários	162.054,89	177.374,90	9,5%
Provisões Riscos e Encargos	476.213,85	182.313,00	-61,7%
Dív. a Terceiros - Médio /l Prazo	5.715.403,35	4.393.253,63	-23,1%
Dív. a Terceiros – Curto Prazo	3.552.142,88	2.528.013,34	-28,8%
Acréscimos e Diferimentos	11.052.114,44	12.668.922,92	14,6%
Total Passivo e Capital Próprio	90.021.694,16	100.342.632,87	11,5%



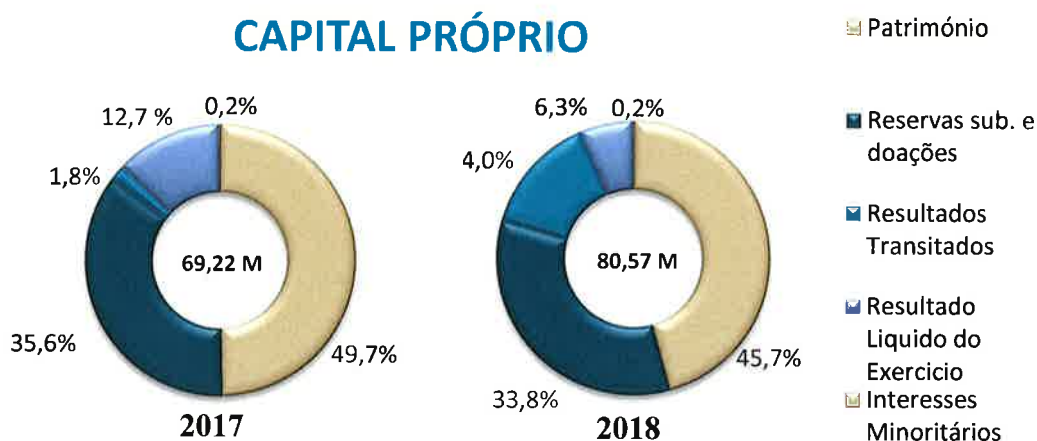
PASSIVO



O total do Passivo do Grupo Municipal representa 19.772.502,89 € com o peso de dívidas a terceiros de curto e médio e longo prazo de 35 %, sendo que, relativamente a dívida de terceiros de médio e longo prazo, a maior expressão reside nos empréstimos contraídos pelo Município cujo valor ascende a 4.393.253,63 representando cerca de 22 % do passivo consolidado.

(Handwritten signatures and initials)

Relativamente aos acréscimos e diferimentos, o valor de cerca de 12,6 Milhões de Euros representa cerca de 64 % do valor do passivo. A rubrica de provisões de riscos e encargos, regista um valor de 182.313,00, integrando as responsabilidades do Grupo Municipal derivadas de riscos relacionados com processos judiciais.



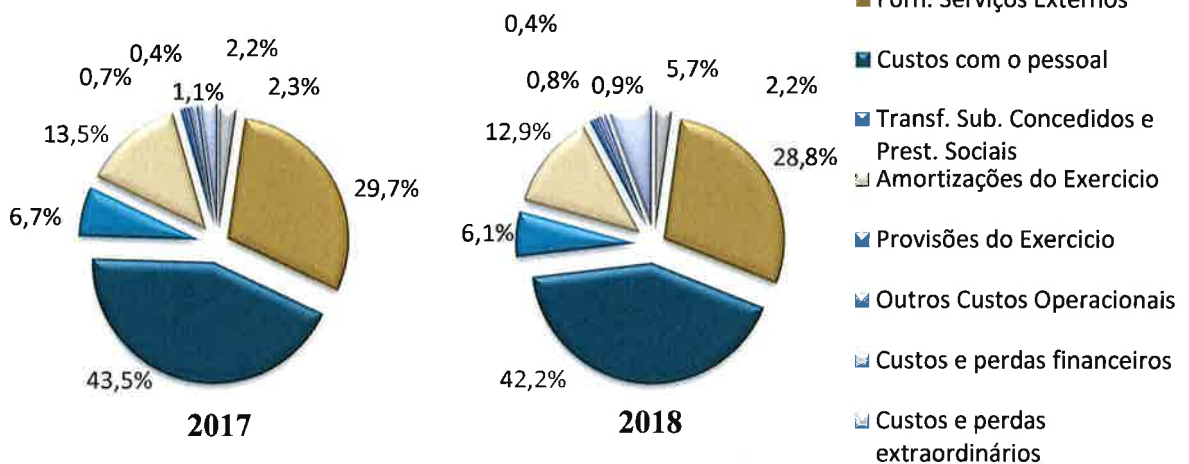
A estrutura dos Fundos Próprios consolidados, representa, no final do exercício de 2018, um montante de 80.570.129,98 o destaque vai para a rubrica correspondente ao Património do Grupo Municipal que tem um peso de 45,7 %.

3.2 Análise à Demonstração de Resultados Consolidada

Custos e Perdas	2017	2018	Var %
CMVMC	486.882,02	526.460,89	8,1%
Forn. Serviços Externos	6.364.129,24	6.862.907,64	7,8%
Custos com o pessoal	9.312.207,66	10.060.033,84	8,0%
Transf. Sub. Concedidos e Prest. Sociais	1.425.291,49	1.467.483,02	3,0%
Amortizações do Exercício	2.883.569,05	3.076.528,32	6,7%
Provisões do Exercício	150.365,07	179.070,93	19,1%
Outros Custos Operacionais	94.694,16	101.295,05	7,0%

Custos e Perdas	2017	2018	Var %
(A)	20.717.138,69	22.273.779,69	7,5%
Custos e perdas financeiros	230.008,73	219.121,01	-4,7%
(C)	20.947.147,42	22.492.900,70	7,4%
Custos e perdas extraordinários	478.696,54	1.369.125,13	186,0%
Total de Custos e Perdas	21.425.843,96	23.862.025,83	11,4%

CUSTOS E PERDAS



Em 2018 o Grupo Municipal evidenciou custos totais que ascenderam a 23.862.025,83 €, sendo que o Município de Grândola contribui em cerca de 93 % para o respectivo valor, e a infratroia E.M com cerca de 7 %.

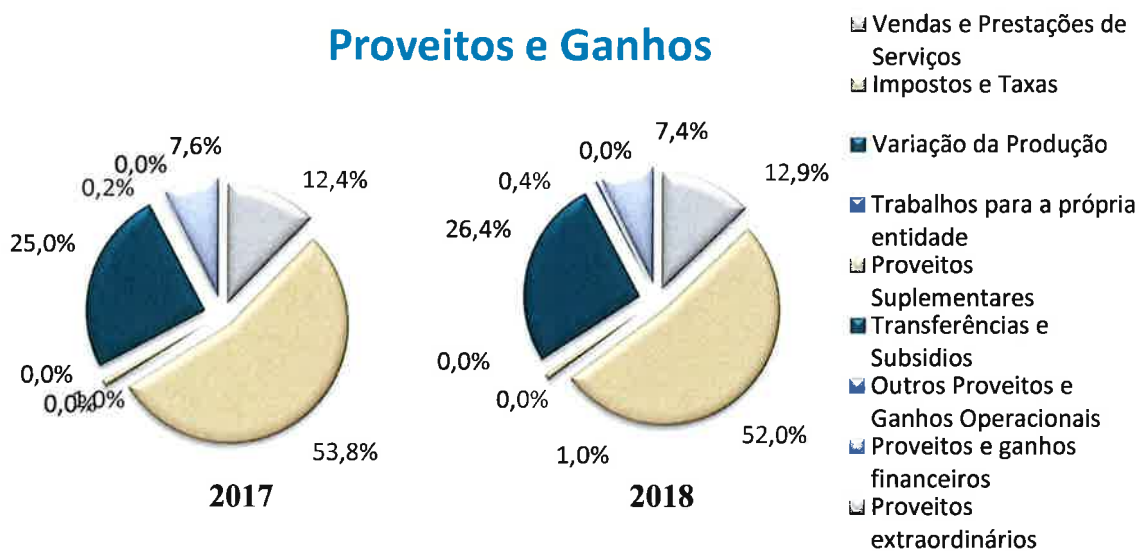
Analisando a desagregação de custos do Grupo Municipal, verifica-se que os custos com o pessoal, e, os fornecimentos e serviços externos, representam a maior fatia nos custos totais, com percentagens de 42,1 % e 28,8 % respectivamente.

Os custos de natureza financeira e extraordinária cifraram-se no seu conjunto em cerca de 1,5 Milhões Euros com expressão de 6,7% nos custos totais

Proveitos e Ganhos	2017	2018	Var %
Vendas e Prestações de Serviços	3.739.193,85	3.724.066,77	-0,4%
Impostos e Taxas	16.287.486,11	15.056.610,39	-7,6%
Variação da Produção			
Trabalhos para a P. entidade			
Proveitos Suplementares	315.557,31	285.284,97	-9,6%
Transferências e Subsídios	7.554.943,50	7.632.298,68	1,0%
Out. Prov. Ganhos Operacionais	65.949,69	104.209,19	58,0%
(B)	27.963.130,46	26.802.470,00	-4,1%
Proveitos e ganhos financeiros	949,59	164,67	-82,66%
(D)	27.964.080,05	26.802.634,67	-4,10%
Proveitos extraordinários	2.294.093,08	2.154.124,08	-6,10%
Total de Proveitos e Ganhos	30.258.173,13	28.956.758,75	-4,3%

Handwritten signatures and initials on the right margin of the page.

Proveitos e Ganhos



No ano de 2018 os Proveitos totais do Grupo Municipal perfizeram 28.956.758,75 € tendo o Município de Grândola contribuindo em cerca de 94 % para o respectivo valor, e, a infratroia E.M com cerca de 6 %.

Analisando a natureza dos proveitos, verifica-se que em 2018 os proveitos e ganhos operacionais registaram um montante de 26.802.470,00 € (92,56 %), os proveitos financeiros 164,67 € (0,001%), e por fim os proveitos extraordinários 2.154.124,08 € (7,44 %).

3.3 Análise à Demonstração de Resultados Consolidada

Os resultados consolidados apresentaram em 2018 a seguinte estrutura:

Quadro XV	Em Euros
	2018
Resultados Operacionais	4.528.690,31
Resultados Financeiros	-218.956,34
Resultados Correntes	4.309.733,97
Resultados Extraordinários	784.998,95
Resultados Antes Impostos	5.094.732,92
Imposto S/ Rendimento Exer.	26.686,97
Resultado Líquido Exercício	5.068.045,95
Interesses Minoritários	15.320,00
RLE – Após Interesses Minoritários	5.052.725,95

Os resultados do Grupo Municipal registaram um valor antes de impostos de 5.094.732,92 €, retirando o efeito do MEP (Método de Equivalência Patrimonial), verifica-se uma variação de cerca de 44 Mil Euros face aos resultados individuais do Município que derivou da incorporação dos Resultados Líquidos da Infratroia E.M.

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

Após a consideração do imposto sobre o rendimento do exercício e da desagregação do montante relativo aos interesses minoritários, obteve-se Resultado Líquido do Exercício de 5.052.725,95 €.

3.4 Indicadores financeiros – Grupo Municipal

	2017	2018
Liquidez Geral	383,87%	594,88%
Liquidez Imediata	354,97%	553,45%
Autonomia Financeira	76,90%	80,30%
Solvabilidade	332,88%	407,49%
Endividamento	23,10%	19,70%
Fundo de Maneio	10.083.589,06	12.510.614,03

A análise aos rácios permite constatar de um modo geral a estabilidade da situação económico-financeira do Grupo Municipal, verificando-se uma evolução positiva de todos os indicadores comparativamente ao ano anterior, verificando-se a pouca dependência do grupo face a financiamentos externos, o que confere maior autonomia, e por conseguinte maior capacidade de solvabilidade dos compromissos assumidos.

O grau de endividamento obtido confirma a pouca expressão do peso dos capitais alheios no financiamento das atividades do grupo traduzindo-se num baixo grau de dependência do ativo líquido total relativamente ao capital alheio.



2 Balanço Consolidado

BALANÇO CONSOLIDADO

Entidade : Grupo Municipal

Ano 2018

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	BALANÇO CONSOLIDADO - ACTIVO			
		2018			2017
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	10.412.868,86	0,00	10.412.868,86	10.118.414,52
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	
453	Outras construções e infra-estruturas	43.426.336,06	14.525.920,78	28.900.415,28	24.288.075,48
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	82.337,22	4.456,07	77.881,15	78.433,76
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	
445	Imobilizações em curso	288.953,18	0,00	288.953,18	219.888,05
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	
		54.210.495,32	14.530.376,85	39.680.118,47	34.704.811,81
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	1.080.470,93	849.750,85	230.720,08	
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	116.503,89
433	Propriedade industrial e outros direitos	6.027,00	0,00	6.027,00	
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	
		1.086.497,93	849.750,85	236.747,08	116.503,89
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	10.407.010,26	0,00	10.407.010,26	9.318.778,73
422	Edifícios e outras construções	22.939.141,48	3.706.833,02	19.232.308,46	17.609.303,90
423	Equipamento básico	3.739.632,32	2.820.174,30	919.458,02	947.928,51
424	Equipamento de transporte	4.176.361,28	3.260.165,20	916.196,08	699.856,67
425	Ferramentas e utensílios	387.353,07	261.591,87	125.761,20	40.354,36
426	Equipamento administrativo	2.682.679,65	2.412.935,34	269.744,31	291.260,84
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	
428	Equipamento Informático	1.945.602,02	1.592.409,18	353.192,84	311.103,04
429	Outras imobilizações corpóreas	257.386,41	211.419,53	45.966,88	36.111,49
442	Imobilizações em curso	5.755.346,65	0,00	5.755.346,65	5.314.568,89
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas				
		52.290.513,14	14.265.528,44	38.024.984,70	34.569.266,43
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
412	Obrigações e títulos de participação	531.778,50	0,00	531.778,50	827.209,23
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	
415	Outras aplicações financeiras	2.098,33	0,00	2.098,33	1.720,64
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	
		533.876,83	0,00	533.876,83	828.929,87
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	245.560,42	0,00	245.560,42	209.863,50
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	227,68
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	
		245.560,42	0,00	245.560,42	210.091,18
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo	0,00	0,00	0,00	
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	
211	Clientes c/c	160.590,01	70.021,79	90.568,22	77.527,44
212	Contribuintes c/c	30.719,69	0,00	30.719,69	19.434,15
213	Utentes c/c	101.422,69	0,00	101.422,69	109.501,79
218	Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	231.523,92	229.564,40	1.959,52	2.137,86
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	
229	Adiantamentos a fornecedores	14.127,37	0,00	14.127,37	8.346,56
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	73.800,00	0,00	73.800,00	73.800,00
24	Estado e outros entes públicos	28.654,23	0,00	28.654,23	75.800,45
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	
262+263+267+268	Outros devedores	460.636,12	0,00	460.636,12	450.077,68
		1.101.474,03	299.586,19	801.887,84	816.625,93
	Títulos negociáveis:				
151	Ações	0,00	0,00	0,00	
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	
	Depositos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depositos em instituições financeiras	13.982.035,70	0,00	13.982.035,70	12.544.049,10
11	Caixa	9.143,41	0,00	9.143,41	13.229,73
13	Montantes afetos a Entidades Terceiras	0,00	0,00	0,00	51.736,00
		13.991.179,11	0,00	13.991.179,11	12.609.014,83
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	6.459.194,07	0,00	6.459.194,07	5.705.789,70
272	Custos diferidos	369.084,35		369.084,35	460.660,52
		6.828.278,42	0,00	6.828.278,42	6.166.450,22
	Total de Amortizações.....		14.058.043,73		
	Total de Provisões.....		55.686,39		
	Total do Activo.....	130.287.875,20	29.945.242,33	100.342.632,87	90.021.694,16

BALANÇO CONSOLIDADO

Entidade : Grupo Municipal

Ano 2018

CÓDIGO DAS CONTAS	PASSIVO	2018	2017
	Fundos próprios:		
51	Património	36.791.730,11	34.378.530,11
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	2.215.987,58	1.734.977,20
572	Reservas estatutárias	183.653,73	224.169,98
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	24.854.159,64	22.678.589,06
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
59	Resultados transitados	11.294.498,07	1.235.759,26
88	Resultado líquido em exercício	5.052.725,95	8.811.739,13
	Interesses Minoritários	177.374,90	162.054,89
		80.570.129,98	69.225.819,64
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	182.313,00	476.213,85
		182.313,00	476.213,85
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	4.393.253,63	5.296.549,51
2612	Fornecedores de locação Financeira	0,00	
2615	Outros Credores	0,00	418.853,84
		4.393.253,63	5.715.403,35
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores c/c	553.758,71	1.130.364,58
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	1.050.158,32	1.037.437,60
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1.153,66	1.153,66
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	16.139,28	421.902,10
24	Estado e outros entes públicos	154.968,18	131.861,77
264	Administração autárquica	0,00	
262+263+267+268	Outros credores	370.652,27	582.145,46
217+2613	Credores de Operações não Orçamentais	381.182,92	247.277,71
		2.528.013,34	3.552.142,88
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	1.956.531,67	1.948.266,89
274	Proveitos diferidos	10.712.391,25	9.103.847,55
		12.668.922,92	11.052.114,44
	Total do Passivo.....	19.772.502,89	20.795.874,52
	Total dos Fundos Próprios e do Passivo.....	100.342.632,87	90.021.694,16

ORGÃO EXECUTIVO

EM

11 DE Junho DE 2019

ORGÃO DELIBERATIVO

EM

19 DE Junho DE 19

RATHEL ROCHA GUEIRO

Carolina Batista

Jorge Espade

Paulo Lima



Chá Guerin Silva
Aurélien Uebener



3 Demonstração de Resultados Consolidados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Entidade : Grupo Municipal

Ano 2018

Demonstração de Resultados Consolidada

Código das Contas	Descrição	Exercício N		Exercício N - 1	
61	Custos e perdas				
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias		247,61		341,59
	Matérias		526.213,28		486.540,43
62	Fornecimentos e serviços externos:		6.862.907,64		6.364.129,24
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	8.010.832,87		7.460.312,47	
643 a 648	Encargos sociais	2.049.200,97	10.060.033,84	1.851.895,19	9.312.207,66
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		1.467.483,02		1.425.291,49
66	Amortizações do exercício		3.076.528,32		2.883.569,05
67	Provisões do exercício		179.070,93		150.365,07
65	Outros custos operacionais		101.295,05		94.694,16
	(A)		22.273.779,69		20.717.138,69
68	Custos e perdas financeiros		219.121,01		230.008,73
	(C)		22.492.900,70		20.947.147,42
69	Custos e perdas extraordinários		1.369.125,13		478.696,54
	(E)		23.862.025,83		21.425.843,96
	Imposto Sobre o Rendimento do período		26.686,97		16.022,96
88	Resultado líquido do exercício.....		5.068.045,95		8.816.647,80
	Proveitos e ganhos		28.956.758,75		30.258.514,72
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias				
7112+7113	Venda de produtos	852.444,87		856.160,93	
712	Prestações de serviços	2.871.621,90	3.724.066,77	2.883.032,92	3.739.193,85
72	Impostos e taxas		15.056.610,39		16.287.486,11
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares		285.284,97		315.557,31
74	Transferências e subsídios obtidos		7.632.298,68		7.554.943,50
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		104.209,19		65.949,69
	(B)		26.802.470,00		27.963.130,46
78	Proveitos e ganhos financeiros**		164,67		949,59
	(D)		26.802.634,67		27.964.080,05
79	Proveitos extraordinários		2.154.124,08		2.294.093,08
	(F)		28.956.758,75		30.258.173,13
Resumo	Resultados Operacionais: (B - A)		4.528.690,31		7.245.991,77
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		-218.956,34		-229.059,14
	Resultados Correntes: (D - C)		4.309.733,97		7.016.932,63
	Imposto Sobre o Rendimento do período		26.686,97		16.022,96
	Resultados Líquido do Exercício: (F - E)		5.068.045,95		8.816.306,21
	Interesse Minoritários		15.320,00		4.567,08
	Resultado líquido após Interesses Minoritários		5.052.725,95		8.811.739,13

** Deduzido Montante MEP -43.830,59 €

ORGÃO EXECUTIVO

EM 11 DE Junho DE 2019

ORGÃO DELIBERATIVO

EM 19 DE Junho DE 19

Carolina Batista

Paulo Espírito Santo

António Lopes

Luís António Silva

António Mendes



4

Fluxos de Caixa Consolidado


RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Entidade : Grupo Municipal

Ano 2018

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência Anterior		12.609.014,83	Despesas Orçamentais		28.082.349,10
Execução Orçamental	12.209.980,89		Correntes	20.432.355,53	
Operações de Tesouraria	399.033,94		Capital	7.649.993,57	
Receitas Orçamentais		29.332.268,99	Operações de Tesouraria		2.038.473,96
Correntes	26.025.417,05		Saldo para a Gerência Seguinte		13.991.179,01
Capital	3.306.851,94		Execução Orçamental	13.459.900,78	
Operações de Tesouraria		2.170.718,25	Operações de Tesouraria	531.278,23	
Total		44.112.002,07	Total		44.112.002,07

ORGÃO EXECUTIVO
 EM 11 DE Junho DE 2019



ORGÃO DELIBERATIVO
 EM 19 DE Junho DE 19

RAFAEL RODRIGUES

Olga Jucena Silva
 André de Sousa

Camila Batista
 Francisco Espinal
 André de Sousa





5

Anexo Demonstrações financeiras Consolidadas

INTRODUÇÃO

O Município de Grândola apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, relativas ao exercício de 2018, reportado a 31 de dezembro.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece o novo regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, revogando a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), estabelecendo mudanças legislativas significativas relativamente à Prestação de Contas Consolidadas.

Na ausência de procedimentos contabilísticos de consolidação no POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) adotou-se o disposto na portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, relativa à “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, onde se indicam um conjunto de princípios orientadores da consolidação de contas no setor público administrativo, definindo os requisitos mínimos para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Sem prejuízo no disposto nessa portaria, o grupo de trabalho de apoio técnico na aplicação do POCAL (SATAPOCAL) emanou a 28 de abril de 2010 as instruções a seguir na consolidação de contas.

Este novo normativo legal nos art.º 75º e 76º da Lei n.º 73/2013, define as novas regras para a consolidação de contas. Em relação à anterior lei verifica-se a alteração no perímetro de consolidação. Em suma o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta.

As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de médio longo prazo, bem como os mapas exigidos pelo n.º7 do art.º 75 da Lei n.º 73/2013, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados.



1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

1.1 Entidades Incluídas na Consolidação

Do cumprimento no disposto no n.º3 do art.º75 da Lei n.º 73/2013 – Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais e após análise às entidades suscetíveis de inclusão no perímetro de consolidação, surge o grupo municipal composto pelas seguintes entidades:



Entidade Mãe - Município de Grândola

Sede Social – Rua Dr. José Pereira Barradas, 7570-281 Grândola

Atividade Principal - Atividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei n.º 5-A/2002 e Lei n.º 75/2013, nomeadamente na área da segurança, proteção civil e luta contra incêndios, polícia municipal, educação, saúde, ordenamento do território, cultura, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, saneamento e resíduos sólidos, energia, comércio e turismo.



Infratróia – Infraestruturas de Tróia, E.M.

Sede Social - Rua da Aroeira – Tróia, 7570-789 Carvalho GDL

Atividade Principal – Distribuição de água

Detida a 74,10% pelo município.

Trabalhadores ao serviço por categoria em 31/12/2018:

Categoria	Nº de trabalhadores	
	Município de Grândola	Infratróia
Administrador		1
Dirigente Superior		
Dirigente Intermédio	9	
Técnico Superior	94	4
Assistente Técnico	136	4
Assistente Operacional	210	11
Informática	6	
Outros	6	8
TOTAL	461	28



3. Informações de procedimentos de consolidação:

O município detém 74,10% do capital da participada, aplica-se no grupo consolidado o método de consolidação integral. Este método consiste na integração nas demonstrações financeiras da entidade consolidante dos elementos constantes das demonstrações financeiras das entidades consolidadas.

Para garantir uma uniformização da informação das diversas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos para o POCAL, através de reclassificações e ajustamentos que se revelam necessários, os documentos de prestação de contas da entidade consolidada, uma vez que são concebidos em SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

4. Informações sobre o Endividamento de médio e longo prazo:

O grupo municipal apresenta o endividamento de médio longo prazo da seguinte forma:

Designação das contas	Município de Grândola	Infratróia	Grupo Municipal Consolidado
Empréstimos de médio longo prazo	4.393.253,63	0	4.393.253,63
Fornecedores de imobilizado (1)	0,00	0	0,00
Outros Credores	0,00	0	0,00
TOTAL	4.393.253,63	0,00	4.393.253,63

(1) - Leasing

5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros:

Não aplicável.

6. Informações relativas a compromissos

No balanço consolidado não existem compromissos assumidos pelo município para exercícios futuros relativo à entidade consolidante.

As entidades do grupo consolidado apresentam em 31/12/2018 as seguintes garantias prestadas a terceiros:

Município de Grândola

Banco	Nº Garantia	Valor da Garantia	Tipo
CGD	4897093	10.100,66	Garantia bancária
CGD	5621093	23.702,88	Garantia bancária
CGD	6644093	26.186,89	Garantia bancária
BPI	8302804	17.325,00	Garantia não financeira
BPI	41951675200	122.949,60	Garantia não financeira
Total		200.265,03	

7. Informações relativas a políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram cumpridos os critérios valorimétricos definidos no ponto 4 do POCAL. Nas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos os seus próprios critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo público.

7.1 Imobilizações

Os ativos imobilizados do grupo municipal foram registados pelo custo de aquisição, deduzindo as respetivas depreciações e provisões. Nos casos em que não é conhecido o valor de aquisição, procede-se à devida avaliação, segundo os critérios adequados. As despesas de reparação e manutenção sem grande relevo são consideradas como custo no ano que ocorrem. As amortizações como definido no ponto 2.7.2. do POCAL foram efetuadas segundo o método das quotas constantes.

Investimentos Financeiros

Quando à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objeto da correspondente redução, através da conta apropriada (provisão). Os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo custo de aquisição. Excepto quando à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, podem ser objecto de redução, considerando o Método de Equivalência Patrimonial, aplicando a NCRF 13 «Interesses em empreendimentos conjuntos e Investimentos em associadas», publicada no Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro.

7.2 Locação Financeira

Os ativos imobilizados adquiridos mediante locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do ativo é registado no imobilizado corpóreo e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. Os juros incluídos no valor

das rendas e a amortização do ativo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

7.3 Existências

As existências são valorizadas ao custo médio ponderado

7.4 Provisões

As provisões são calculadas com base no princípio da prudência. São calculadas de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro).

7.5 Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo expressas em euros.

7.6 Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos em instituições financeiras exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.

7.7 Especialização do exercício

No grupo consolidado municipal cada uma das entidades registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "Acréscimos e Diferimentos".

8. Informações diversas

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento».

No ano de 2018 a rubrica de despesas de instalação, de investigação e de desenvolvimento, registou os seguintes movimentos no montante de 319.270,45 €:

- Projeto das infraestruturas na rua dr. José Pereira Barradas, Travessa Nova do Norte e Jardins Dr. Jacinto Nunes e Dr. Júlio no valor de 59.345,39 €;
- Projeto para o reposicionamento do campo de futebol de Melides no valor de 19.849,28 €;
- Projecto do parque infantil do bairro da Liberdade no valor de 2.985,21 €



- Projeto rodoviário para a beneficiação da estrada das sobreiras altas (cm 1076) no valor de 33.136,20 €
- Projeto para parque desportivo de melides no valor de 48.481,68 €
- Projetos de reabilitação de acessos as praias de melides, aberta nova e atlantica no valor de 67.650,00 €
- Elaboração de cadastro das redes de abastecimento de agua e de saneamento de aguas residuais domesticas do municipio de grandola- levantamento topografico e ortofotomapas no valor de 86.445,09 €.
- Projeto de elaboração da avaliação ambiental estrategica referente a revisão do pdm de grandola (30%) no valor de 1.377,60 €

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões.

A 31 de dezembro de 2018 as rubricas dos bens de imobilizado do grupo municipal, relativos ao ativo bruto e amortizações são :

ACTIVO BRUTO

RÚBRICA	S. INICIAL	REAV.	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSF.	ABATES	Doações e Transferências de/para outras entidades	S. FINAL
De bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais	10.118.414,52	0,00	21.222,00	0,00	273.232,34	0,00	0,00	10.412.868,86 €
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Outras construções e infra-estruturas	37.095.241,95	0,00	4.023.380,31	0,00	2.307.713,80	0,00	0,00	43.426.336,06 €
Bens do património histórico, artístico e cultural	82.337,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.337,22 €
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Imobilizações em curso	219.888,05	0,00	187.648,64	0,00	-118.583,51	0,00	0,00	288.953,18 €
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
	47.515.881,74 €	0,00 €	4.232.250,95 €	0,00 €	2.462.362,63 €	0,00 €	0,00 €	54.210.495,32 €
De imobilizações incorpóreas								
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Despesas de investigação e de desenvolvimento	761.200,48	0,00	155.472,69	0,00	163.797,76	0,00	0,00	1.080.470,93 €
Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Imobilizações em curso	0,00	0,00	6.027,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.027,00 €
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
	761.200,48 €	0,00 €	161.499,69 €	0,00 €	163.797,76 €	0,00 €	0,00 €	1.086.497,93 €



RÚBRICA	S. INICIAL	REAV.	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSF.	ABATES	Doações e Transferências de/para outras entidades	S. FINAL
De Imobilizações corpóreas								
Terrenos e recursos naturais	9.318.778,73	0,00	1.697.150,45	492.453,92	0,00	-116.465,00	0,00	10.407.010,26 €
Edifícios e outras construções	20.755.716,20	0,00	1.409.558,59	593.299,10	1.367.165,79	0,00	0,00	22.939.141,48 €
Equipamento básico	3.573.248,39	0,00	259.572,04	0,00	0,00	-93.186,11	0,00	3.739.632,32 €
Equipamento de transporte	3.698.430,24	0,00	477.931,04	0,00	0,00	0,00	0,00	4.176.361,28 €
Ferramentas e utensílios	257.722,72	0,00	129.630,35	0,00	0,00	0,00	0,00	387.353,07 €
Equipamento administrativo	4.294.707,80	0,00	346.444,81	0,00	0,00	-12.870,94	0,00	4.628.281,67 €
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Outras imobilizações corpóreas	244.232,67	0,00	13.153,74	0,00	0,00	0,00	0,00	257.386,41 €
Imobilizações em curso	5.314.568,89	0,00	4.434.103,94	0,00	-3.993.326,18	0,00	0,00	5.755.346,65 €
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas								0,00 €
	47.457.403,64 €	0,00 €	8.767.544,96 €	1.085.753,02 €	-2.626.160,39 €	-222.522,05 €	0,00 €	52.290.513,14 €
De investimentos financeiros								
Partes capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Obrigações e títulos de participação	827.209,23	0,00	0,00	0,00	0,00	-295.430,73	0,00	531.778,50 €
Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Outras aplicações financeiras	1.720,64	0,00	377,69	0,00	0,00	0,00	0,00	2.098,33 €
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Títulos da dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €
	828.929,87 €	0,00 €	377,69 €	0,00 €	0,00 €	-295.430,73 €	0,00 €	533.876,83 €
TOTAL:	96.563.416,73 €	0,00 €	13.161.673,29 €	1.085.753,02 €	0,00 €	-517.962,78 €	0,00 €	108.121.383,22 €


AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REFORÇO		REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
			ANOS ANT.	EXERC.		
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	26.343.903,73 €	293.062,00 €	3.120.444,27 €	111.753,86 €	29.645.656,14 €
48.1	De investimentos em imóveis	- €	- €	- €	- €	- €
48.1.1	Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €
48.1.2	Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €
48.1.2.1	Edifícios	- €	- €	- €	- €	- €
48.1.2.2	Outras construções	- €	- €	- €	- €	- €
48.2	De imobilizações corpóreas	12.888.137,21 €	192.844,00 €	1.296.301,09 €	111.753,86 €	14.265.528,44 €
48.2.1	Terrenos e recursos naturais	26.343.903,73 €	293.062,00 €	3.120.444,27 €	111.753,86 €	29.645.656,14 €



CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REFORÇO		REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
			ANOS ANT.	EXERC.		
48.2.2	Edifícios e outras construções	3.146.412,30 €	192.294,00 €	374.245,02 €	6.118,30 €	3.706.833,02 €
48.2.2.1	Edifícios	2.744.913,53 €	€	286.523,24 €	6.118,30 €	3.025.318,47 €
48.2.2.1.01	Habituação	444.467,73 €	€	45.438,35 €	116,60 €	489.789,48 €
48.2.2.1.02	Instalações de Serviços	444.800,03 €	€	43.824,37 €	€	488.624,40 €
48.2.2.1.03	Instalações desportivas e recreativas	966.206,24 €	€	78.341,68 €	€	1.044.547,92 €
48.2.2.1.04	Mercados e Instalações de Fiscalização Sanitária	116.202,20 €	€	21.321,29 €	€	137.523,49 €
48.2.2.1.05	Creches	- €	€	- €	€	- €
48.2.2.1.06	Escolas	491.352,56 €	€	56.756,51 €	6.001,70 €	542.107,37 €
48.2.2.1.07	Lares de Terceira Idade	950,42 €	€	172,17 €	€	1.122,59 €
48.2.2.1.08	Outros	280.934,35 €	€	40.668,87 €	€	321.603,22 €
48.2.2.2	Outras construções	401.498,77 €	192.294,00 €	87.721,78 €	€	681.514,55 €
48.2.2.2.01	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	- €	€	- €	€	- €
48.2.2.2.02	Esgotos	9.978,81 €	€	457,24 €	€	10.436,05 €
48.2.2.2.03	Iluminação Pública	94.875,12 €	€	29.350,76 €	€	124.225,88 €
48.2.2.2.04	Parques e Jardins	108.837,18 €	€	14.248,81 €	€	123.085,99 €
48.2.2.2.05	Instalações Desportivas e Recreativas	16.067,79 €	€	1.738,38 €	€	17.806,17 €
48.2.2.2.06	Captação, Tratamento e Distribuição de Água	27.291,97 €	10.442,00 €	8.676,45 €	€	46.410,42 €
48.2.2.2.07	Viação Rural	- €	€	- €	€	- €
48.2.2.2.08	Sinalização e Trânsito	106.018,34 €	€	10.156,69 €	€	116.175,03 €
48.2.2.2.09	Infra-estruturas p/ distrib. energia eléctrica	- €	8.668,00 €	3.250,95 €	€	11.918,95 €
48.2.2.2.10	Infra-estruturas p/ tratamento de resíduos	30.212,13 €	173.184,00 €	19.842,50 €	€	223.238,63 €
48.2.2.2.11	Cemitérios	5.371,03 €	€	- €	€	5.371,03 €
48.2.2.2.12	Outras	2.846,40 €	€	- €	€	2.846,40 €
48.2.3	Equipamento básico	2.625.317,88 €	€	287.621,04 €	92.764,62 €	2.820.174,30 €
48.2.4	Equipamento de transporte	2.998.573,57 €	€	261.591,63 €	€	3.260.165,20 €
48.2.5	Ferramentas e utensílios	217.368,36 €	€	44.223,51 €	€	261.591,87 €
48.2.6	Equipamento administrativo	2.294.809,39 €	€	157.917,04 €	5.893,42 €	2.446.833,01 €
48.2.7	Taras e vasilhame	- €	€	- €	€	- €
48.2.8	Equipamento Informático	1.397.534,53 €	550,00 €	167.404,50 €	6.977,52 €	1.558.511,51 €
48.2.9	Outras imobilizações corpóreas	208.121,18 €	€	3.298,35 €	€	211.419,53 €
48.3	De imobilizações incorpóreas	644.696,59 €	€	205.054,26 €	€	849.750,85 €
48.3.1	Despesas de instalação	- €	€	- €	€	- €
48.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	644.696,59 €	€	205.054,26 €	€	849.750,85 €
48.3.3	Propriedade industrial e outros direitos	- €	€	- €	€	- €
48.5	De bens de domínio público	12.811.069,93 €	100.218,00 €	1.619.088,92 €	€	14.530.376,85 €
48.5.1	Terrenos e recursos naturais	- €	€	- €	€	- €
48.5.2	Edifícios	- €	€	- €	€	- €
48.5.3	Outras construções e infraestruturas	12.807.166,47 €	100.218,00 €	1.618.536,31 €	€	14.525.920,78 €
48.5.5	Bens de património histórico, artístico e cultural	3.903,46 €	€	552,61 €	€	4.456,07 €
48.5.9	Outros bens de domínio público	- €	€	- €	€	- €
49	PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS	- €	€	- €	€	- €
49.1	Partes de capital	- €	€	- €	€	- €
49.2	Obrigações e títulos de participação	- €	€	- €	€	- €
49.3	---	- €	€	- €	€	- €
49.5	Outras aplicações financeiras	- €	€	- €	€	- €
TOTAL		26.343.903,73 €	293.062,00 €	3.120.444,27 €	111.763,86 €	29.645.656,14 €



c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar immobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável

d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram.

Não aplicável

e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados, e os respectivos preços de mercado.

Não aplicável

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado.

Não aplicável

g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

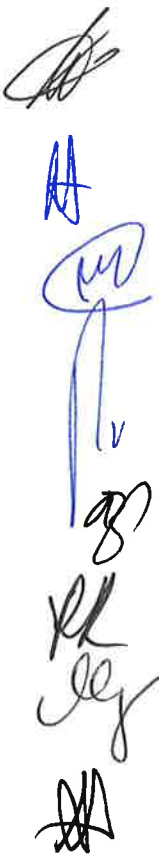
Não aplicável

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.

Não aplicável

i) Diferença, quando levada ao activo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.

Não aplicável.



j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de actividades.

Designação das contas	Município de Grândola	Infratróia	Correções/Anulações Consolidação	Total Consolidado
Vendas	852.444,87	0	0	852.444,87
Prestação de serviços	1.549.892,91	1.321.728,99	0	2.871.621,90
TOTAL	2.402.337,78	1.321.728,99	0,00	3.724.066,77

k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;

Não aplicável.

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

Entidade	Remunerações	
	Órgão executivo	Órgão Fiscalização
Município de Grândola	195.149,79 €	48.305,49 €
Infratróia	0	833,00 €
TOTAL	195.149,79 €	49.138,49 €

n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos

de tratamento de inflação adoptados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação.

Não aplicável.

o) **Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.**

Não aplicável.

p) **Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujo conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

Não aplicável.

q) **Demonstração de Resultados Financeiros Consolidada:**

Código das Contas	Custos E Perdas			Código das Contas	Proveitos e Ganhos		
		2018	2017			2018	2017
681	Juros Suportados	111.941,07 €	121.672,88 €	781	Juros Obtidos	164,67 €	949,59 €
682	Perdas Em Entidades Participadas	- €	- €	782	Ganhos Em Entidades Participadas	- €	- €
683	Amortizações De Investimentos Em Imóveis	- €	- €	783	Rendimentos De Imóveis	- €	- €
684	Provisões Para Plicações Financeiras	- €	- €	784	Rendimentos De Participações De Capital	- €	- €
685	Diferenças De Câmbio Desfavoráveis	- €	- €	785	Diferenças De Cambio Favoráveis	- €	- €
687	Perdas Na Alienação De Aplicações De Tesouraria	- €	- €	786	Desc. De Pto. Pagamento Obtidos	- €	- €
688	Outros Custos E Perdas Financeiras	107.179,94 €	108.335,85 €	787	Ganhos Na Alien. Aplic. Tesouraria	- €	- €
	Resultados Financeiros	-218.956,34 €	-229.059,14 €	788	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	- €	- €
	Total	164,67 €	12.159,43 €		Total	164,67 €	949,59 €

r) **Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidada:**

Código das Contas	Custos E Perdas			Código das Contas	Proveitos e Ganhos		
		2018	2017			2018	2017
691	Transferências De Capital C.	137.582,14 €	139.027,66 €	791	Restituição De Impostos	- €	- €
692	Dívidas Incobráveis	- €	- €	792	Recuperação De Dívidas	- €	- €
693	Perdas Em Existências	777,82 €	832,16 €	793	Ganhos Em Existência	7.258,65 €	4.439,11 €
694	Perdas Em Imobilizações	1.196.521,21 €	31.667,67 €	794	Ganhos Imobilizações	609.350,29 €	992.990,34 €
695	Multas E Penalidades	897,92 €	1.380,52 €	795	Benefícios Penal. Contratuais	21.618,73 €	33.999,58 €
696	Aumentos Amortiz./ Prov.	- €	- €	796	Reduções Amort. Provisões	460.477,46 €	197.235,11 €
697	Correcções Rel. Exerc. Ant	€	18.294,01 €	797	Correcções Relat. Exerc. Anteriores	9.441,47 €	4.682,94 €
698	Outros Custos E Perdas Extraordinários	33.346,04 €	287.494,52 €	798	Outros Prov. Ganhos Extraordinários	1.045.977,48 €	1.060.746,00 €
	Resultados Extraordinários	784.998,95 €	1.815.396,54 €				
	Total	2.154.124,08 €	2.294.093,08 €		Total	2.154.124,08 €	2.294.093,08 €


s) Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

Código das Contas	Descrição das Provisões	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Aplicações de tesouraria.....				
291	Cobranças Duvidosas.....	293.748,58	92.757,93	86.920,32	299.586,20
2921	Processos Judiciais em curso.....	41.619,31	86.313,00	19.419,31	108.513,00
2928	Riscos e Encargos.....	434.594,18	0,00	360.794,54	73.799,64
39	Depreciação de Existências.....				
49	Investimentos Financeiros.....				

t) Bens utilizados em regime de Locação Financeira:

Entidade	Descrição	Locadora	N.º Contrato	Data Contrato	Valor Líquido
Infratroia E.M	Toyota Dyna M CD 35.33+KRM	Santander Totta	207787	01-02-2015	0,00 €
TOTAL					0,00 €

u) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado,
quando nele não estiverem evidenciadas.

Não aplicável.

9. Outras Informações



6

Certificação Legal de Contas



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOAO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCÍAVIO CARVALHO VILAÇA

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

À Assembleia Municipal,

1. Nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, cumpre ao Revisor Oficial de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do **MUNICÍPIO DE GRÂNDOLA**, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018.
2. O Revisor Oficial de Contas desempenhou com regularidade as suas funções, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes nas circunstâncias e apreciado as contas consolidadas do *Município de Grândola*. Para o efeito, recebeu da *Câmara Municipal de Grândola* todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foi apreciado o relatório de gestão consolidado, completado o exame, nomeadamente sobre as demonstrações financeiras consolidadas e seus anexos exigidos por lei, com vista à emissão da certificação legal das contas consolidadas.
4. **Parecer**

Face ao exposto, o Revisor Oficial de Contas é de parecer que os documentos de prestação de contas consolidadas do **MUNICÍPIO DE GRÂNDOLA** referentes ao exercício de 2018, se apresentam elaborados de acordo com os princípios de consolidação legalmente aplicáveis a este sector, incluindo o que se contém na Certificação Legal das Contas.
5. Finalmente, o Revisor Oficial de Contas deseja agradecer à *CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA* e aos seus Serviços toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 14 de junho de 2019

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MÁRIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **MUNICÍPIO DE GRÂNDOLA** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 100.342.633 euros e um total de fundos próprios de 80.570.130 euros, incluindo um resultado líquido de 5.052.726 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **MUNICÍPIO DE GRÂNDOLA** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ÊNFASE

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício anterior foram auditadas por outro revisor oficial de contas, cuja Certificação Legal das Contas, datada de 12 de junho de 2018, inclui uma opinião sem reservas.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

1 de 4

Inscrita na OROC sob o n.º 23
Inscrita na CMVM sob o n.º 20161381
Capital Social € 15000
N.º de Matriculo/NIPC 501266259
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
NIB: 0010 0000 5544 8740 0015 1
IBAN: PT50 0010 0000 5544 8740 0015 1
SWIFT: BBPIPTPL

SEDE - HEAD OFFICE
Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75,
8.º piso, Fração 8.02
1070-061 Lisboa, Portugal
T: +351 217 271 197 · F: +351 217 273 129
www.orasroc.pt · E-mail: geral@orasroc.pt

DELEGAÇÃO CENTRO - CENTER BRANCH
Avenida 22 de Maio, n.º 24, Escritório 3
2415-396 Lalria, Portugal
T: +351 244 822 175 · F: +351 244 822 170

DELEGAÇÃO NORTE - NORTH BRANCH
Centro Empresarial Capitólio
Av. de França, 256, 4.º, Salo 6.4
4050-276 Porto, Portugal
T: +351 228 324 132

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental do Grupo de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

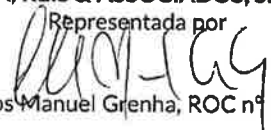
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 14 de junho de 2019

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por



Carlos Manuel Grenha, ROC nº 1266

Handwritten signatures and initials in blue and black ink, arranged vertically on the right side of the page.

